

Dos lucros que Deus for servido dar: sociedades e organização produtiva na extração aurífera do espaço agrominerador de Mariana setecentista (1711-1800)

Of the profits that God is pleased to give: societies and productive organization in the gold extraction from the agro miner space of Mariana in the 18th century (1711-1800)

Quelen Ingrid Lopes*

Resumo: Neste artigo discutiremos elementos constitutivos do universo minerador que, ao lado de fatores econômicos, estiveram presentes na estruturação do trabalho e na organização produtiva dos empreendimentos minerais do termo de Mariana entre 1711 e 1800. Apontaremos o processo de mineralização do ouro e os tipos de depósitos auríferos para discutirmos a progressiva complexificação da atividade, debatendo sobre as adversidades e dispêndios que permeavam a montagem dos serviços minerais. Destacamos a predominância da exploração de jazidas aluvionais e sua ligação com a conformação paralela de um espaço de produção e trabalho agrícolas, remetendo a um processo de diversificação econômica e construção de um cenário agrominerador. Demonstraremos como as sociedades foram importantes na montagem e condução de empreendimentos minerais/agrominerais, e como sua configuração nos permite compreender o cotidiano do trabalho e da organização da produção aurífera. A análise foi feita a partir de registros notariais dos livros de nota de Mariana, mormente escrituras de compra e venda e de sociedade.

Palavras-chave: mineração; organização do trabalho; sociedades minerais.

Abstract: In this article, we will discuss the constituent elements of the mining universe, which, alongside economic factors, were present in the structuring of work and the productive organization of the mineral enterprises in the Mariana district between 1711 and 1800. We

* Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atualmente realiza o estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: queleningrid@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5586-1826>.

will point out the process of gold mineralization and the types of gold deposits to discuss the progressive complexification of the activity, discussing the adversities and expenditures that permeated the assembly of mineral services. We will highlight the predominance of the exploitation of alluvial deposits and its connection with the parallel formation of a space for agricultural production and work, referring to a process of economic diversification and the construction of an agro-mining scenario. We will attempt to show the importance of the societies in setting up and running mineral/agro-mineral enterprises and how their configuration allows us to understand the day-to-day work and organization of gold production. The analysis used notarial records from Mariana, especially deeds of sale and purchase and partnership deeds.

Keywords: mining; work organization; mining partnership.

Considerações iniciais

AO SE INSERIR na atividade da exploração aurífera em Minas Gerais setecentista, o minerador tinha diante de si um amplo quadro de possíveis riscos e infortúnios, assim como de demandas de investimentos em tempo, em mão de obra e em diversos serviços preparatórios para o funcionamento e conservação de dada área de exploração. O potencial produtivo das terras minerais caminhava ao lado da gestão da complexidade delas, desenvolvendo-se na medida em que o ouro que se encontrava à superfície dava lugar à formação aurífera mais entranhada nos leitos dos rios e suas margens e à mineração feita diretamente nas rochas dos morros auríferos. Em que pese a sorte de descobertos ricos em formação aurífera, a facilidade da exploração no início do povoamento de Minas (quando o ouro parecia brotar livremente no solo), bem como a impetuosidade e disposição a aventurar-se dos povoadores, a mineração colonial era uma atividade econômica que requeria planejamento e organização.

A mineração realizada em Minas Gerais no século XVIII estava inserida no contexto de uma sociedade complexa em que a economia e as práticas produtivas eram elementos costurados no tecido do universo social pré-industrial,¹ escravocrata, pautado por lógicas e estruturas do Antigo Regime² e, por isso, precisa ser compreendida considerando esse conjunto. O fato de ser uma atividade produtiva de condições de reiteração e volume incertos, de contínua e frequente mobilidade, de inexorável esgotamento, não nos habilita

1 Entendemos que a economia e suas instituições devem ser pensadas a partir do grau de integração que possuem com a sociedade, com as suas esferas culturais e políticas, e não como um ente isolado. POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

2 De acordo com a proposta de Fragoso e Florentino, “a natureza arcaica da formação colonial tardia impede que a economia possa ser apreendida por si mesma, i.e., sem levar em conta os aspectos não econômicos que informavam seu funcionamento”, de modo que “a reprodução do sistema econômico se imbricava organicamente na contínua reiteração de uma hierarquia social fortemente excludente”. FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 19.

a entender suas práticas e seu esforço de estruturação laboral como meros acontecimentos reproduzidos de modo homogêneo, com reduzida racionalização e pouca reflexão nos processos de escolha econômica.

Assim, a intenção deste artigo é refletir sobre as demandas de trabalho e investimento da extração aurífera, sua organização produtiva e inserção nos processos de escolha econômica feitas pelos mineradores no século XVIII no termo de Mariana, comarca de Vila Rica. Daremos enfoque às estratégias de associação entre mineradores, através das quais buscava-se reduzir as incertezas e o impacto dos riscos e das perdas, ampliar o acesso a diferentes áreas de exploração, diversificar atividades econômicas, bem como dividir custos e aumentar a margem de investimento para maior capacidade de exploração dos serviços minerais.

Para construir a análise que segue, utilizamos como base documental os livros de notas do tabelionato notarial de Mariana, documentação cartorária custodiada pelo Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana,³ IPHAN/Regional.⁴ Trabalharemos de modo mais amplo ao longo do texto com dados de escrituras de compra e venda⁵ em que se negociaram unidades minerais⁶ (tanto isoladamente como em conjunto com propriedades rurais), e trataremos pontualmente, como fator comparativo, de dados gerais do mercado de bens rurais, extrativos e urbanos de Mariana. Também faremos uso pontual de algumas escrituras de sociedade e distrato/quitação. Metodologicamente tais dados serão referenciados de modo agregado com teor quantitativo, como também de modo individual com teor qualitativo, buscando expor percursos ou elementos individuais.

O século XVIII é o quadro temporal abarcado no texto, sendo contemplado pelas fontes o recorte que vai de 1711 (ano do primeiro livro de notas) até 1800. Remete o recorte cronológico desse texto ao início e auge da mineração, bem como ao período em que as estruturas produtivas começaram a dar lugar progressivamente a uma “acomodação evolutiva” da economia em direção à base econômica de agricultura mercantil e de subsistência.⁷

3 Informado pela sigla AHCSM a partir daqui.

4 Muitas informações coletadas dos registros notariais usados neste artigo compõem a base de dados do site Tabelionato Notarial Setecentista, que atualmente desenvolvo em estágio pós-doutoral no PPGH/UFSM, que tem por objetivo principal disponibilizar dados históricos dos registros notariais de Mariana setecentista à comunidade científica. De acesso público, a base de dados é composta por diferentes tipologias notariais, como compra e venda, dívidas, procurações e alforrias. Disponível em: https://int-heuristweb-prod.intersect.org.au/heurist/?db=quele_TabNotSet&website&id=1168. Acesso em: 11 nov. 2023.

5 Assim nomeadas no título da escritura ou no corpo do texto, mas também utilizamos escrituras de título diferenciado como dívida e obrigação (e suas variações), cujo conteúdo determina a realização de uma negociação de bens entre partes outorgantes.

6 Termo que remete a uma ampla variedade de elementos relacionados à mineração, tais como: terras, águas e datas minerais, serviços de buracos e minas (em morro aurífero), lavras, catas, serviços de águas, ou outros elementos que indicam um trabalho ou local específico em que se dava a mineração. Desse ponto em diante, usaremos a denominação “unidades minerais” quando for necessário referirmo-nos de modo amplo a tais elementos que constituíam o universo minerador.

7 Utilizamos a caracterização e periodização da economia de Minas Gerais feita por Carla Almeida, que a subdivide em três subperíodos: 1750-1770 configura ainda um momento “de auge econômico (ou reflexo do auge)”; 1780-1820, subperíodo em que a economia apresenta um processo de “acomodação evolutiva”; e o último subperíodo, 1830-1850, marca a recuperação econômica de Minas Gerais. Douglas Libby nomeia

Para alcançar o objetivo proposto, faremos uma discussão dividida em etapas que abordam elementos concernentes ao espaço de trabalho aurífero, as exigências de orientação prática e organizacional mais ampla dessa atividade, bem como a sua reiteração no processo de escolha econômica dos atores sociais que lhes davam ensejo e condução – os mineradores. De tal modo, faremos observações acerca dos processos de mineralização do ouro e consequentes áreas de seu depósito, apontando como os tipos de jazidas impactaram na complexificação do trabalho mineral para em seguida pontuarmos os elementos concernentes à montagem dos serviços minerais – notadamente as demandas de trabalho para colocar as lavras em funcionamento. Sempre apontando a exigência de investimentos em tempo, trabalho, mão de obra e diversos recursos materiais que cotidianamente o espaço da lavra trazia aos interessados em sua exploração.

Caracterizaremos o espaço agrominerador das áreas de exploração aurífera de aluvião demonstrando sua predominância e recorrência no mercado de bens rurais, extrativos e urbanos do termo de Mariana, chamando atenção para a concentração de mão de obra e investimento em complexos produtivos nos espaços rurais/minerais. Buscando reproduzir na análise o quadro que evidencia o dinamismo econômico, a diversificação produtiva e a exponencial gama de relações sociais e econômicas daí possíveis, traremos ao centro da discussão as constituições de sociedades (parcerias) entre os agentes sociais protagonistas das decisões de mercado, produção e trabalho. Pelas próprias características da fonte histórica utilizada, nossa abordagem é focada nas ações dos donos das terras e águas minerais, nas ações e escolhas tomadas por eles na montagem e condução da empresa mineradora.

Mineralização do ouro e depósitos primários e secundários

PARA COMPREENDER a organização do trabalho na mineração setecentista de Mariana, é importante entender como as transformações sofridas pelas estruturas geomorfológicas a que pertencem a região direcionaram o processo inicial de mineração, bem como a sua complexificação posterior.⁸ Isso porque os diferentes tipos de depósito aurífero (primário/rocha matriz e secundário/aluvião) requeriam por vezes diferentes técnicas e serviços de desmonte

“economia de acomodação” a uma “produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província” de Minas Gerais, período em que, como reação à crise mineradora nas Gerais, teria ocorrido o processo de “acomodação evolutiva em lugar de declínio da economia mineradora, quando se desenvolve a agricultura mercantil de subsistência”. Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras**: Mariana – 1750-1850. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994. LIBBY, Douglas Colle. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 14.

8 Por complexificação entenda-se todo trabalho efetuado com vistas a preparar/conservar/estruturar a área de exploração aurífera como, por exemplo, serviços nas águas minerais para canalização, desvio de rios, bombeamento de água acumulada numa lavra, ou ainda desmonte de morros/encostas para que se procedesse à lavragem do ouro; de modo geral, o conjunto de atividade laboral que demandava investimento em tempo, mão de obra, sustento e conservação anterior ou simultâneo à extração do ouro.

e encaminhamento de água para a separação do ouro do cascalho/solo ou da rocha em que se mineralizou.⁹

O ouro encontrado em Mariana foi mineralizado na megaestrutura rochosa chamada “Anticlinal Mariana”, que pertence à superestrutura geomorfológica do Quadrilátero Ferrífero.¹⁰ As ricas minas da Passagem, de Mata Cavalos, do Morro de Santana e de Antônio Pereira (exaustivamente exploradas pela mineração histórica) integram o Anticlinal Mariana e experimentaram geologicamente o mesmo processo de mineralização do ouro nos veios de quartzo das formações rochosas. Para ilustrar os elementos minerais comuns nas formações rochosas em questão, tomamos a observação de Paul Ferrand acerca da mineralização dos veios auríferos da Mina da Passagem, a qual se dava por “um filão de quartzo e pirita aurífera, composto essencialmente de quartzo branco leitoso, de turmalina e pirita arsenical,¹¹ com menores quantidades de pirita comum de ferro e pirita magnética”.¹² Interessa-nos aqui destacar que essas formações rochosas, por seus veios de mineralização aurífera no quartzo, representam a rocha matriz na qual ocorre o depósito aurífero primário. As noções e imagens da exploração do ouro em morros auríferos (em buracos de minas) são muito representativas do trabalho de extração feito diretamente na rocha matriz.

Mas o processo inicial de mineração em Minas Gerais se deu sobre as jazidas formadas pelo ouro de aluvião,¹³ que são depósitos secundários originados pelas transformações das estruturas geomorfológicas referidas acima. No início do século XIX, o barão Eschwege caracterizou a ocorrência do ouro aluvional (depósito secundário) como se apresentando

ora em rochas compactas (os conglomerados), ora nas montanhas, disseminado em grãos soltos sobre a rocha e coberta de húmus, ora em

9 A caracterização geológica das formações minerais também foi levada em consideração por trabalhos que analisaram a mineração de prata na América espanhola, sobretudo destacando como isso interferiu nas dinâmicas de exploração e organização do trabalho. Cf. LANE, Kris. Potosí Mines. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. Oxford: Oxford University Press, 2015. BROWN, Kendall. Mercury and Silver Mining in the Colonial Atlantic. *In*: BROWN, Kendall (ed.). **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

10 Para conhecer detalhes da formação estrutural da província mineral do Quadrilátero Ferrífero, ver: DARDENNE, Marcel Auguste; SCHOBENHAUS, Carlos. Depósitos minerais no tempo geológico e épocas metalogenéticas. *In*: **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil: texto, mapas e SIG**. Brasília: CPRM, 2003. p. 399-404.

11 Um dos principais sulfetos presentes na mineralização do ouro nas rochas de quartzo do Quadrilátero Ferrífero é a arsenopirita, que pode reagir quimicamente quando em contato com a superfície liberando arsênio no meio ambiente. Um estudo sobre a distribuição de arsênio nos sedimentos da região do Ribeirão do Carmo apontou a presença de “concentrações alarmantes” desse metal tóxico nos rios e sedimentos da região. Os autores apontam que “o sistema aluvial do Ribeirão do Carmo é uma potente área de contaminação antiga e recente, pois os rejeitos” da mineração “eram lançados diretamente” nesse ribeirão. Cf. NALINI JR., Hermínio Arias et al. Análise estratigráfica e distribuição do arsênio em depósitos sedimentares quaternários da porção sudeste do Quadrilátero Ferrífero, bacia do Ribeirão do Carmo, MG. *In*: **Revista da Escola de Minas**. Ouro Preto, 63(4): 703-714, out./dez. 2010.

12 FERRAND, Paul. **O ouro em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, Coleção Mineiriana. p. 221.

13 Por aluvião entenda-se: “Designação genérica para englobar depósitos detríticos recentes, de natureza fluvial, lacustre, marinho, glacial ou gravitacional constituídos por cascalhos, areias, siltes e argilas, transportados por corrente, sobre planícies de inundação e no sopé de montes e escarpas”. **Glossário geológico/IBGE**, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. p. 17.

ambos os flancos dos vales, ao pé das montanhas, acompanhado de seixos e atingindo alturas consideráveis (grupiaras), ora, enfim, no leito dos rios (no cascalho virgem).¹⁴

Estudos geológicos recentes demonstraram que a estrutura rochosa que compõe o Anticlinal Mariana encontra-se muito fraturada e erodida,¹⁵ indicando uma intensa e contínua ação do intemperismo¹⁶ sobre o relevo. Os sistemas pluviais e fluviais agiram ao longo do tempo sobre os relevos rochosos erodindo-os, transportando seus sedimentos¹⁷ e os depositando em leitos, margens e encostas dos rios.¹⁸ Entrecortada por uma rica malha fluvial, a região de Mariana possuía, à época dos descobrimentos auríferos, grande potencial de exploração de ouro aluvional, especialmente o formado pelo cascalho virgem e os sedimentos mais finos (como areia e argila) depositados nos leitos dos rios de Mariana ao longo do tempo. Assim, a atividade de exploração do ouro, ao longo do século XVIII, no termo de Mariana, foi exercida tanto nos depósitos primários (diretamente nos veios de quartzo das rochas matrizes) quanto nos depósitos secundários (deposição de sedimentos compondo o ouro de aluvião nos rios, margens e encostas).

Aqui o trabalho e a organização produtiva se aproximam dos condicionantes físicos e demandas práticas dos dois tipos de ocorrência do ouro: tanto a mineração em depósito primário quanto em secundário exigiam uma variada gama de serviços nas unidades minerais, a fim de torná-las viáveis e produtivas. Isso significava investimento em tempo de trabalho, mão de obra e sustento diverso para se proceder ao preparo, consecução e manutenção da lavra. O modo de se minerar no século XVIII, em Minas Gerais, envolveu diferentes métodos e técnicas para se chegar à formação aurífera e separar o material estéril do minério, para além da faiscação e do uso da bateia (ainda que estes persistam no tempo¹⁹), tornando a atividade mais complexa, tanto em termos de recursos quanto experiência laboral.

14 ESCHWEGE, Wilhem L. V. **Pluto brasiliensis**. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. p. 237.

15 JÚNIOR, Hermínio Arias Nalini; ROSIÈRE, Carlos Alberto; ENDO, Issamu. Sobre a geologia estrutural do anticlinal de Mariana, região sudeste do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Uma Revisão. In: **Revista Escola de Minas**, Ouro Preto, 45 (1 e 2), p. 18, jan./jul. 1992.

16 Intemperismo é o “conjunto de processos de natureza física e/ou química que atuam sobre as rochas, produzindo sua quebra, decomposição ou ambas”. **Glossário geológico/IBGE**, op. cit., p. 111.

17 Fragmentos de variadas dimensões e formatos da rocha matriz que carregam sua composição mineral: os maiores são os cascalhos, seixos, blocos (calhaus) e matacões (2,0 e 256 mm), os menores são as argilas, areias e siltes (0,004 mm até 2,0 mm). Granulometria baseada na Escala de Wentworth.

18 Os sedimentos da rocha matriz contendo ouro são detectados a uma distância de 100 km do Quadrilátero Ferrífero. ROESER, Hubert Matthias Peter; ROESER, Patrícia Angelika. O Quadrilátero Ferrífero - MG, Brasil: Aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. In: **GEONOMOS**, 18(1), p. 35, 2010.

19 Cf. REZENDE, Dejanira Ferreira de; ANDRADE, Francisco Eduardo de. Estilo de minerar ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII. **Revista de História**, n. 168, pp. 382-413, 2013. PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002. p. 187-207.

A montagem dos serviços minerais

OS TIPOS DE DEPÓSITOS auríferos e as formas de minerá-los por seus métodos, técnicas, e até as ferramentas, foram temas contemplados na observação e análise de diversos autores. Um dos mais antigos trabalhos interessados na mineralogia e técnicas de prospecção e exploração do ouro é o *De Re Metallica*. Publicado na Europa seiscentista por Georgius Agricola, foi um estudo pioneiro de ciência natural em que o autor compilou e refletiu sobre temas e aspectos da geologia, mineralogia e metalurgia.²⁰

Textos contemporâneos à exploração feita em Minas Gerais também são fontes importantes de acepção dos trabalhos empreendidos na mineração. Em “Cultura e opulência”, Antonil nos informa que os mineradores davam socavões no substrato dos ribeiros com vistas a prospectar o seu potencial produtivo, como também sobre os trabalhos de desvio do leito dos rios ou o cerco de parcela deles. O relato de terceiro coligido por Antonil remete à experiência da atividade em Minas Gerais em sua primeira década de povoamento e exploração aurífera.²¹ Mais tarde, no início do XIX, o engenheiro e naturalista alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege identifica e caracteriza detalhadamente as ocorrências do ouro nas jazidas primárias e secundárias de Minas Gerais. O autor faz explicações geológicas e mineralógicas sobre suas formações, o modo como se dividiam “em vários ramos” os trabalhos nas diferentes jazidas auríferas, detalhando ainda as técnicas de apuração e lavagem do material contendo o minério.²² Ao descrever os métodos de mineração nos diferentes tipos de jazidas, Eschwege indica como a exploração de um dado depósito levou os mineradores a descobrirem outros,²³ mas também como cresceram as dificuldades em atingir o cascalho virgem, requerendo mais dispêndio de trabalho e recursos.

A historiografia recente de Minas Gerais tem debatido acerca da diversidade de técnicas de extração e métodos de apuro do ouro, tanto em lavras/catas a céu aberto quanto na exploração de minas de buracos.²⁴ O que se observa é a preponderância das

20 A importância da obra é destacada por seus tradutores como sendo “um acúmulo de gerações de experiência e conhecimento, mas que por ele foram, pela primeira vez, expostas de modo detalhado e inteligente”. Tradução livre do trecho: “the accumulation of generations of experience and knowledge; but by him they were, for the first time, to receive detailed and inteligente exposition”. AGRICOLA, Georgius. *De Re Metallica*. Translated from the first latin edition of 1556, by Herbert Clark Hoover and Lou Henry Hoover. *The mining magazine*, London, XIII, 1912.

21 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Brasília: Senado Federal, 2011. p. 255-256.

22 ESCHWEGE, op. cit., p. 225-270.

23 Como a descoberta da presença do minério nas margens dos rios e nos tabuleiros destes, conforme se fazia o desvio ou represamento dos leitos. *Ibidem*, p. 252.

24 Tomando como *locus* de análise a região de Mariana, Dejanira Rezende e Francisco Andrade, entre outros, discutiram o tema das técnicas de mineração, que observam as práticas da mineração sob a perspectiva da sua construção a partir “da interrelação entre os direitos dos exploradores e as técnicas empregadas”, considerando na análise, para além dos condicionantes econômicos, fatores culturais e político-jurídicos; REZENDE; ANDRADE, op. cit. Em trabalho anterior, desenvolvemos uma análise centrada em registros notariais buscando relacionar os processos de escolha econômica e fatores condicionantes da mineração, como posse escrava e capacidade de investimento, à construção dos espaços de produção e atividades econômicas, como o da mineração e agromineração. Cf. LOPES, Quelen Ingrid. **O mercado de bens rurais, extrativos e urbanos do**

práticas de desmonte e lavragem do ouro a partir do uso de água canalizada e encaminhada por cima das lavras, reproduzindo de modo artificial o que a natureza realizava quando com a força “das chuvas os morros se desmoronavam nas partes altas e das terras assim acumuladas mais abaixo se retiravam, depois de escavadas, os cascalhos” ricos em ouro.²⁵ Flávia da Mata Reis faz uma discussão detalhada sobre as principais técnicas de mineração usadas em Minas Gerais, as ferramentas e os aparelhos empenhados na separação do ouro do material estéril, colocando a estrutura funcional das unidades mineradoras (distinguindo e comparando as de aluvião e as de morro aurífero) em evidência.²⁶

A presença da influência dos conhecimentos africanos nas explorações auríferas também vem recebendo reflexões. O expressivo contingente de homens e mulheres com etnias ligadas ao êxodo forçado a partir da Costa da Mina é entendido por Eduardo França Paiva como, principalmente, resultado de uma preferência da maior parte da população das Gerais –especialmente daqueles empenhados nos afazeres exploratórios do ouro–, desejo que se alinharia a uma capacitação técnica prévia, participe da constituição desses mesmos povos em suas comunidades africanas.²⁷ Ainda que não seja simples aferir sua contribuição no desenvolvimento de técnicas de mineração nas Gerais, conforme pondera Andréa Gonçalves, a historiografia que trata o assunto na África Ocidental mostra que a atividade não era desconhecida e que, em algumas regiões, encontra similaridades com Minas Gerais.²⁸

Em suma, com técnicas e métodos de exploração espelhadas ao correr da natureza (chuvas e desmontes), com poucas inversões tecnológicas e base essencial do processo de exploração colocada sobre o trabalho escravo africano, a mineração em Minas Gerais setecentista requeria constantes trabalhos de preparo e reparo nas áreas de exploração. A descrição de “serviços” nas unidades minerais remete a uma ampla gama de trabalhos empregados nas terras e águas minerais – tanto em morro aurífero (depósito primário) quanto em aluvião (secundário). Serviços de canalização de água para se proceder à extração, por exemplo, eram muito comuns. Por vezes, eles são descritos como “águas

termo de Mariana: interações sociais, econômicas e espaços de produção (1711-1779). 2015. Tese (Doutorado em História) – UFJF/Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2015.

25 GONÇALVES, Andréa Lisly. Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII. In: **Anais XI Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina, 2004, p. 8. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/1303>. Acesso em: 30 out. 2023.

26 Tomando para sua análise as comarcas de Vila Rica e do Rio das Velhas, entre 1702-1762, tendo como base empírica para sua análise inventários *post mortem*, testamentos, livros de notas, livros de querelas e de guardamoria, a autora produziu uma detalhada e importante análise sobre as técnicas, os métodos e as influências na construção dos saberes mineratórios de Minas Gerais setecentista. REIS, Flávia Maria da Mata. **Entre faisqueiras, catas e galerias:** explorações do ouro, leis e cotidiano das minas do século XVIII (1702-1762). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

27 PAIVA, op. cit. Para Andréa Lisly Gonçalves, que observa a predominância das etnias da Costa Ocidental também nos empreendimentos agropastoris, inclusive em regiões em que a mineração não era a atividade central, “a oferta de cativos e não apenas a demanda” parece o elemento determinante na composição étnica observada em Minas Gerais. GONÇALVES, op. cit., p. 16.

28 “Nas regiões do Sudão Ocidental, na Etiópia e no Zambese a atividade se assemelhava ao sistema de socavões ou catas, método adotado na América portuguesa e que marcará para sempre a paisagem das Minas Gerais.” GONÇALVES, op. cit., p. 13.

metidas”, como no caso do “córrego de águas metidas em cima de umas terras minerais” que o governador Dom Pedro de Almeida Portugal e seu sócio coronel Francisco do Amaral Coutinho venderam em 1719. A força hidráulica do tal “córrego de águas metidas” era fundamental para a exploração da “cata grande e outra (que) quase estava lavrando” que os sócios possuíam nas terras minerais.²⁹

O dispêndio de tempo de trabalho no preparo das terras e águas minerais era um fator a ser levado em consideração no cálculo do investimento e condução da atividade mineradora. A demora no preparo da lavra se relacionava aos serviços³⁰ que a mesma exigiria para se achar em ponto de produzir ouro. Francisco de Castro Ribeiro, por exemplo, gastou mais de um ano num serviço de água metida em que “trabalharam seus escravos para o haver de pôr corrente para efeito de se poderem lavar as terras minerais”.³¹ O investimento de tempo necessário não é uma informação recorrente nos documentos pesquisados, mas mesmo que o fosse, cada serviço mineral apresentaria um conjunto de características próprias inviabilizando a quantificação. Entretanto, é preciso considerar que no meio tempo em que a lavra nada ou pouco produzia, ela onerava o minerador.

A necessidade de instrumentos de minerar, como a alavanca, o almocafre ou a cavadeira, e de equipamentos, como a roda e o rosário, era um fator que perpassava o cotidiano da organização produtiva das empresas mineradoras.³² Somava-se, ainda, à demanda pela aquisição de ferragens e trabalho de mão de obra especializada (oficial de ferreiro) para sua produção ou conserto.³³ Nas negociações que elencaram unidades minerais entre os bens vendidos é recorrente a presença de ferramentas que auxiliavam na mineração. Exemplo disso foi a venda de metade de “um serviço de terras minerais e veio de água por cima” no arrabalde da Vila do Carmo que incluía: 18 almocafres, 4 alavancas, “as bateias que se acharem”, 7 enxadas e 1 machado.³⁴ Menos recorrentes entre as escrituras de compra e venda, porém discerníveis entre os itens das negociações, são as rodas e os rosários,³⁵ equipamento cujo custo girava em torno de 600 oitavas.³⁶

29 Também eram vendidos uma roça, sítios de terras, benfeitorias e 20 escravos. AHCSM, 1º ofício, livro de notas 9, datado de 2 jan. 1719 (escritura de dívida, obrigação e hipoteca).

30 Como o desvio ou cerco de rio, a canalização de água, construção de estruturas como tanques, desmonte de camadas de material estéril do solo.

31 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 10, datado de 23 nov. 1718 (escritura de venda, dívida, obrigação e hipoteca).

32 Uma descrição detalhada da diversidade de ferramentas e aparelhos que auxiliavam na lida dos escravizados na mineração, além de como eram usados na prática, é feita por Flávia Reis. Cf. REIS, op. cit., p. 129-167.

33 Crislayne Alfagali aponta a importância dos oficiais de ferreiro no cotidiano social e econômico de Vila Rica (entre 1750-1795), os quais eram participantes dos elementos conformadores da produção e manufatura do ferro naquela região ao fabricarem e elaborarem “ferramentas de ferro para produtos agrícolas (enxadas, foices, arados, ferraduras), utensílios domésticos (colheres, caldeiras, faca), para o transporte (tropas e carretas), para instrumentalizar outros ofícios (ferramentas para carpinteiros, pedreiros, entalhadores), para a mineração (gamelas, almocafres, machados)”. ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. **Ferro em obras: oficiais do ferro, Vila Rica (1750-1795)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – ICHS/UFOP, Mariana, 2009. p. 51.

34 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 25, datado de 4 fev. 1725 (escritura de venda).

35 Segundo Eschwege, “essas noras, chamadas rosários pelos mineiros, quando pequenas, eram postas em movimento pelos escravos, por meio de um manejo; quando maiores, por meio de uma roda hidráulica com admissão por cima ou debaixo do eixo”. ESCHWEGE, Wilhem L. V., op. cit., p. 253.

36 Em relato de época: “[...] é necessário, no mesmo lugar da lavra, assentar um engenho de uma roda e uma bomba para ir exaurindo toda a água da terra, que por ficar próxima ao rio está continuamente brotando e é preciso esgotá-la para, da mesma terra e do mesmo lugar, se extrair o cascalho em que está o ouro. Esta

Uma “fábrica” de mineração negociada em 1746 dá ideia do conjunto de ferragens envolvido na produção de equipamentos para a mineração: “uma roda corrente e moente com um caixão novo e um rosário com 129 chapas e mais 75 chapas e parte delas aparelhadas de fora do rosário”, peças da estrutura da roda, como “carretel de reserva, 9 cavilhas de roda de água por baixo, um carretel de sobressalente, uma cavilha de sobressalente, 6 cavilhas de roda de água por cima”, 4 palmetas de ferro novas para apertar grilhões. O trabalho especializado do oficial de ferreiro nesse caso era indispensável, por isso a tenda de ferreiro presente na fábrica de minerar era importante.³⁷

A empresa mineradora exigia investimentos diversos, entre os quais qualificamos acima aqueles que se ligavam direta ou indiretamente ao *locus* e à prática de mineração em si: independentemente do tipo de depósito trabalhado, se na rocha matriz ou no aluvião, havia sempre a necessidade de investir em serviços para tornar a extração possível (o que por si só demandava tempo), ao que acrescia o dispêndio de recurso com implementos diversos, inclusive material fruto de trabalho especializado como as ferragens das rodas. Quanto maior a complexidade do serviço mineral maior era a demanda por tais fatores.

Evidentemente era a posse de escravos e o tamanho do plantel direcionado ao trabalho na lavra o que determinava a sua capacidade produtiva, ainda que para isso outros fatores limitassem ou ampliassem o escopo produtivo.³⁸ Mas, para compreender os aspectos que envolvem a posse escrava e alocação de sua força de trabalho é preciso observar o espaço econômico e produtivo mais amplo em que esses fatores se inseriam.

A mineração através do mercado de Mariana: o cenário agrominerador, diversificação econômica e as parcerias

O DINAMISMO DA ECONOMIA mineradora favoreceu o empreendimento de diversas atividades econômicas. Das práticas comerciais típicas do espaço citadino até a agricultura e pastoreio, por vezes praticados paralelamente à mineração, a diversidade de elementos constitutivos da economia das Minas setecentista é um traço característico da formação desse espaço econômico-social.

A mineração, ainda que atividade responsável por encetar a economia regional, “nem sempre e nem em toda a região ela foi a principal atividade produtiva”,³⁹ como aponta

fábrica de roda e bomba não custa menos de seiscentas oitavas de ouro para cima”. Papel feito acerca de como se estabeleceu a capitação nas Minas Gerais e em que se mostra ser mais útil o quintar-se o ouro, porque assim só paga o que o deve. *In*: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (coord.). **Código Costa Matoso**. v. I. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. p. 484.

37 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 66, datado de 1 fev. 1746 (escritura de venda).

38 Como, por exemplo, a maior ou menor presença do minério nas terras minerais em que se trabalhava ou a dificuldade do terreno explorado.

39 BOSCHI, Caio César. Apontamentos para o estudo da economia, da sociedade e do trabalho nas Minas Colonial. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2 e 3, maio/dez. 1989 apud BOSCHI, Caio César. Nem tudo que reluz vem do ouro. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás. **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 58.

Caio Boschi, que reconhece no comércio a função “mais segura, estável e protegida” da urbe.⁴⁰ As atividades agropastoris surgiram, nas palavras do brasileiro Laird Begard, como “auxiliares da economia da mineração no início do século XVIII, muito tempo antes do decréscimo da produção de ouro e diamantes”, fruto tanto do interesse econômico encetado pelas vantagens do mercado de suprimentos básicos quanto para atender às demandas das unidades produtivas dos próprios mineradores.⁴¹

A diversificação de atividades econômicas empreendidas pelos senhores de terras rurais e minerais é nítida no termo de Mariana. O espaço da mineração em aluvião propiciou o surgimento e estruturação de unidades produtivas voltadas para a produção agropastoril e o beneficiamento de gêneros alimentícios para autoconsumo e/ou para comercialização local. Ângelo Carrara caracteriza as paisagens de Minas Gerais setecentista como sendo divididas entre as das minas e as dos currais: na primeira a exploração aurífera era feita coadunada à produção rural, enquanto na segunda paisagem se destacavam as fazendas criadoras de gado que, indiretamente, se vinculavam às áreas mineradoras pelo abastecimento de carne.⁴² A região de Mariana configurava-se como uma paisagem das minas. Com unidades minerais sendo exploradas muitas vezes na contiguidade das propriedades rurais, nos depósitos de aluvião,⁴³ o principal espaço de produção aurífera em Mariana ao longo do setecentos era, regularmente, o mesmo da produção e beneficiamento agrícola onde a mão de obra escrava era largamente utilizada em uma e em outra atividade produtiva. Não por menos, 44,2% das propriedades rurais negociadas no mercado de Mariana no mesmo período vinculavam fatores produtivos mineratórios⁴⁴ entre os bens comercializados.

O quadro geral da inclusão de escravizados entre os itens negociados juntamente com bens rurais, extrativos e urbanos⁴⁵ em Mariana apresenta maior recorrência entre os rurais (Tabela 1). Escrituras de compra e venda em que foram negociados apenas indivíduos escravizados (“vendas isoladas”) totalizam cinco vezes menos registros do que nos bens rurais. Vale ainda destacar da Tabela 1 que os bens rurais e os extrativos vendidos com escravizados concentraram 61% das respectivas negociações desses tipos de bens; já os urbanos apenas 14% do seu total. Em grande medida, o que determina essa tendência é

40 Ibidem, p. 59.

41 BEGARD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1880. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru: EDUSC, 2004. p. 51.

42 CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807). Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. p. 156.

43 Flávia Reis nota que há a mesma predominância da atividade mineradora nas áreas de ouro aluvional para outras regiões, como o termo de Sabará; somente no termo de Vila Rica a autora identifica a predominância da exploração em rocha matriz. REIS, op. cit., p. 213.

44 Fatores partícipes ou de excelência da produtividade aurífera, tais como datas, terras e águas minerais, serviços diversos, lavras etc.

45 Conforme definimos em trabalho anterior, são “três segmentos do mercado do termo de Mariana, quais sejam: os bens extrativos, formados pelas negociações de unidades minerais, com ou sem escravos; os bens rurais, compostos por propriedades voltadas para a produção agropecuária, aliada ou não à mineração, com ou sem escravos; e os bens urbanos, formados pelo conjunto de edificações e terrenos notoriamente vinculados ao espaço da urbe, negociados com ou sem escravos. Para fundamentar a categorização dos bens negociados em cada segmento de mercado, para além das características intrínsecas aos mesmos, nos pautamos pela sua função social e/ou econômica, sua produção ou o seu complexo produtivo”. LOPES, op. cit., p. 35-36.

a atividade mineradora, tendo em vista que os bens extrativos tratam necessariamente de fatores da mineração e os bens rurais que os vincularam representam quase metade do total das negociações desse tipo de bem.

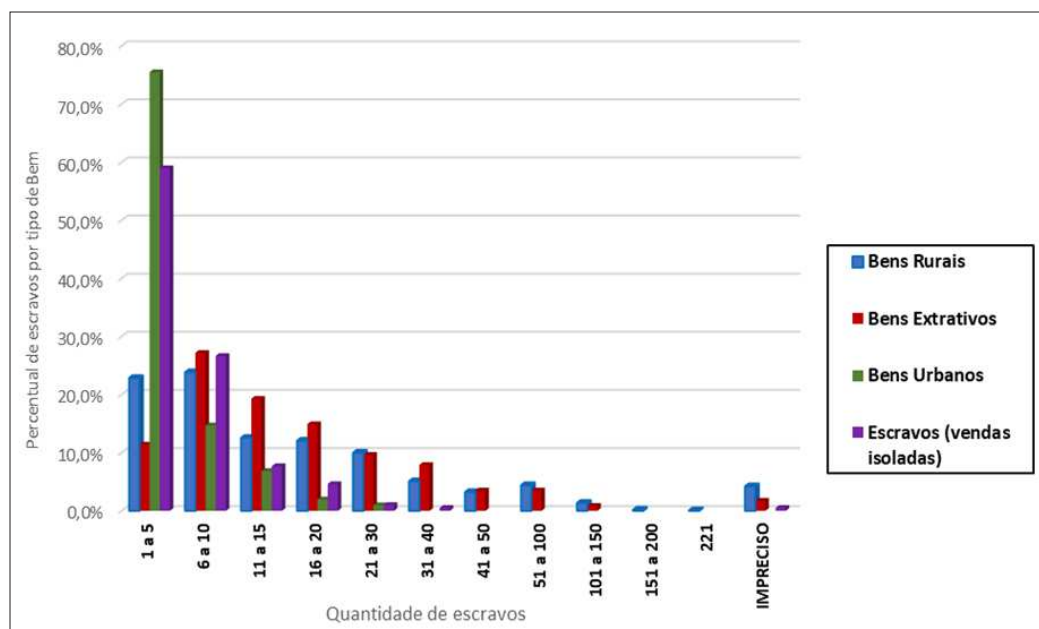
Tabela 1 – Distribuição de tipos de bens com e sem escravos

Tipos de bens	Bens rurais N. Abs.	Bens extrativos N. Abs.	Bens urbanos N. Abs.	Escravos (vendas isoladas) N. Abs.
Com escravos	1.019	114	102	195
Sem escravos	632	73	628	
Total	1.651	187	730	195

Fonte: AHCSM, 1º e 2º ofício, livros de notas, escrituras de compra e venda (1711-1800).

Desdobrando esses dados e agora analisando o tamanho dos plantéis negociados nesse mercado, vemos pelo Gráfico 1, que são os bens extrativos e os rurais que efetivamente concentram os maiores plantéis, o que é particularmente dominado pelas negociações dos rurais acima da faixa de 51 escravos. As negociações de bens urbanos e de escravos vendidos isoladamente de outros bens (de raiz) seguem a tendência de plantéis em faixas reduzidas de indivíduos. Aliás, 75% dos plantéis vendidos com imóveis urbanos eram compostos de até cinco escravos. Tais dados dialogam com o quadro encontrado por Tarcísio Botelho ao analisar o conjunto de escravizados detidos pelos pagadores dos quintos reais. Segundo o autor, tendo como referência as listas do ano de 1721, dentro dos núcleos urbanos das principais vilas mineiras (exceto a de São João del Rei) havia o predomínio de plantéis menores.⁴⁶

Gráfico 1 – Percentual do tamanho dos plantéis por tipo de bem negociado



Fonte: AHCSM, 1º e 2º ofícios, livros de notas, escrituras de compra e venda (1711-1800). As escrituras em que não foi possível identificar a quantidade foram identificadas em “Impreciso”.

46 BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. In: **Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos de população** - ABEP, GT População e História, Caxambú, out. 2000.

Portanto, podemos considerar o espaço rural do termo de Mariana setecentista como o principal *locus* de emprego da força de trabalho, onde os labores agropastoris e extrativos eram executados em concomitância e completude.⁴⁷ Algumas propriedades rurais eram estruturadas como complexo produtivo diversificado voltado para o pastoreio de pequenos animais e plantio variado, equipado para beneficiar farinhas de milho e mandioca, bem como engenho para fabricação de aguardentes e melados, por vezes com acesso a uma casa de venda própria para escoamento dessa produção, também empenhadas na exploração aurífera das terras minerais dos córregos e rios (os quais inclusive movimentavam “com água por cima” os apetrechos dos engenhos). Propriedades tais em que, naturalmente, haveria a disponibilização de considerável força de trabalho.

Um exemplo de propriedade rural que diversificava a produção é a fazenda Barra do Gualacho, que fora construída pelo coronel Matias Barbosa da Silva e, em 1754, era vendida por sua viúva Luíza de Souza e Oliveira (então casada em segundas núpcias com o doutor Manoel Ribeiro de Carvalho). A propriedade constava de

Engenhos Reais de canas, farinhas, assim de milho como de mandioca todos correntes e moentes com toda a fábrica caldeira e tachos de cobre para fazer açúcares alambique e o mais necessário para fazer aguardentes e melados de cana.⁴⁸

O plantio e beneficiamento de gêneros alimentícios na fazenda eram fundamentais para atender ou auxiliar no seu abastecimento, tendo em vista os 221 escravizados empregados nas suas atividades produtivas. A estas últimas somava-se a mineração das “lavrás e terras minerais de veios de água tabuleiros, grupiaras assim no Rio Ribeirão como no Gualaxo” feitas com serviço de “Roda Rosário e todas as mais fábricas e ferramentas para minerar” com “águas metidas por uma e outra banda da fazenda”.⁴⁹ As “casas nobres de vivenda” validam a permanência ali de uma família enobrecida na colônia,⁵⁰ assim como a existência de uma capela “com oratório e todos os paramentos necessários para se celebrar o Santo Sacrifício da Missa” atribuem ao espaço da fazenda as características de ampla vivência e sociabilidade.⁵¹

47 Na medida em que os trabalhos agrícolas resultavam em meios de suprir parcial ou totalmente as necessidades básicas da unidade produtiva.

48 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 75, datado de 31 mar. 1754 (escritura de venda).

49 Idem.

50 Os componentes materiais (propriedades e escravos) e imateriais (honra e distinção social) eram centrais para caracterizar o “viver a lei da nobreza”, tão almejado pelas elites sociais e econômicas da América portuguesa. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de sangue e nobreza de costume: ideias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII. In: **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2006. p. 148-184. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: SciELO/Editora Unesp, 2005.

51 “Tais capelas tinham o importante papel de suprir ‘a premência dos preceitos cristãos’, assim como permitir através do ato comunitário da fé a manifestação da sociabilidade tão vívida nos núcleos urbanos, em alguma medida. Acreditamos que os fundadores dessas capelas edificadas em suas propriedades rurais não tinham intenção de propiciar a formação de um arraial ao edificarem-nas, mas tão somente trazer aos residentes de sua unidade produtiva (família, agregados, escravos) e moradores da vizinhança um espaço sagrado para o santo sacramento da missa (e outros, como o batismo).” LOPES, op. cit., p. 124.

Toda essa estrutura foi vendida por 20 arrobas de ouro em pó,⁵² mas seu valor também era composto pela distinção que o ser senhor de terras e homens⁵³ no universo social da América portuguesa do século XVIII garantia aos seus proprietários,⁵⁴ ganhando ainda mais destaque pela “hierarquia dos engenhos”⁵⁵ alavancar aqueles intitulados por “reais” ao topo.

O que fica de cenário mais amplo, a partir dos dados gerais anteriores e desse exemplo mais qualitativo, é o quanto a paisagem de Mariana refletia um mundo do trabalho fortemente estruturado pelas propriedades rurais e jazidas de ouro de aluvião, sustentado por considerável número de braços africanos que viabilizava a diversificação produtiva.

O caso acima exemplifica a constituição de um patrimônio por uma família importante fundamentada principalmente na persona de um dos principais “conquistadores” das Minas Gerais, portanto uma empresa agromineradora construída e gerida por uma base familiar. Mas, ao sair da família e ser adquirida por compra por três indivíduos, se tornou um empreendimento tocado pela organização em sociedade do seu funcionamento, com todos *in solidum* interessados na compra e no crescimento da empresa, e do mesmo modo sujeitos em conjunto ao endividamento da vultosa soma de 20 arrobas de ouro pelo período de 20 anos. Essas condições foram propícias aos três sócios, mas talvez fosse impraticável individualmente.

A aquisição em sociedade de bens rurais, extrativos, urbanos e escravos através do mercado era uma maneira viável de arcar com o encargo do endividamento do seu valor e ainda poder investir no aumento da produção (escravos, mais terras rurais e minerais/ serviços diversos nessas). A venda para sócios de bens rurais com unidades minerais inclusas na negociação foi comum durante todo o século XVIII. Tanto as propriedades mais simples formadas por suas terras agrícolas com algumas benfeitorias, terras e águas minerais⁵⁶ quanto expressivos complexos produtivos como os do caso anterior⁵⁷ foram adquiridas em parceria. Também ocorria a venda de uma parcela dos próprios bens a um ou mais interessados na parceria, o que tornava o comprador sócio do vendedor.

52 Ou na soma “de 240.000 cruzados”, convertidos em mil réis resultam impressionantes 96 contos de réis (96:000\$000).

53 Como disse Antonil: “o ser Senhor de Engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”. ANTONIL, op. cit., p. 83.

54 Tão relevante quanto o enriquecimento, a diferenciação social atrelava-se ao projeto de ascensão individual, familiar e de grupo nas Minas Gerais. FRAGOSO, João. E as *plantations* viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. **História**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 58-107, 2015.

55 Nas regiões de economia açucareira, o engenho real garantia a proeminência aos seus proprietários, principalmente porque demonstrava o domínio de posses e crédito que permitiam arcar com despesas da construção e manutenção desse tipo de engenho, que se diferenciava dos demais por suas moedas serem movidas por força hidráulica, enquanto os “trapiches” funcionavam por tração animal, além de serem capazes de moer uma grande quantidade de cana-de-açúcar. VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 199-202.

56 Como o sítio adquirido pelos sócios Manoel Martins Crespo e João Rodrigues da Silva, com suas casas de vivenda, ranchos, além de “um serviço de água” mineral. AHCSM, 1º ofício, livro de notas 4, datado de 29 jan. 1716 (escritura de venda).

57 Como os vários imóveis rurais de sítios, engenho de cana, sesmaria e outras terras que José da Costa Rabelo e Antônio Jorge da Silva compraram juntamente com suas benfeitorias de casas, senzalas, paióis, tenda de ferreiro, “assim mais as terras minerais no córrego” e 52 escravos. AHCSM, 1º ofício, livro de notas 89, datado de 11 jan. 1771 (escritura de venda).

Comprando em sociedade ou associando-se ao vendedor, os envolvidos nesses registros de compra e venda aproveitavam para estabelecer critérios sobre a sociedade que faziam em torno dos bens em questão, como o seu pagamento caso o vendedor os tivesse adquirido a prazo e ainda não quitado, ou mesmo regras sobre o gerenciamento da sociedade. Esse foi o caso, por exemplo, das condições sobre a organização administrativa da sociedade que José Leite de Meireles e o alferes Antônio Pereira do Lago Viana fizeram a partir da venda que Meireles fez da metade de uma fazenda de roças com “lavras” minerais ao Viana: na mesma negociação, “ele dito vendedor (disse) será sempre administrador e caixa de tudo e tudo por sua direção correrá”, ou seja, garantia o controle dos próprios bens e de seus produtos, bem como que haveria condições para recebimento do valor da metade vendida.⁵⁸

As proporções das parcelas de bens rurais vendidos para formação de sociedade eram variáveis, do mesmo modo que a existência da sociedade poderia ser em apenas parte do que era vendido – o que geralmente se dava quando o vendedor tinha sociedade com um terceiro que passaria automaticamente a ser sócio do comprador. A maioria dessas situações ocorria sobre as unidades minerais vendidas conjuntamente com as propriedades rurais. Como na venda de uma roça com nove escravos e unidades minerais que Manoel Pereira Dias fez a Manoel Coelho, em que só havia sociedade na “metade da lavra [...] de minerar ouro em que é sócio ele vendedor com Silvestre da Silva” e nas capoeiras “junto às lavras”.⁵⁹

Do total de 729 negociações de bens rurais com unidades minerais, 48% foram feitas sob a perspectiva da associação entre indivíduos (entre os compradores, vendedores e compradores, ou pela existência de terceiros interessados nos bens ou parte deles). Sobressai desses dados uma maior facilidade (ou viabilidade) considerada por indivíduos interessados em ingressar ou expandir seus investimentos e atividades produtivas em o fazerem em parceria. Independentemente do tamanho (capacidade produtiva) da empresa mineradora ou agromineradora, a parceria em sociedade ampliava o espaço de atuação e atividades produtivas alcançadas no leque de escolhas econômicas. Acresce a esse quadro de expectativas o fator de redução de risco diante da incerteza da condução do negócio/produção, especialmente no caso da mineração, cuja capacidade produtiva era variável, findável e muito frágil diante de acidentes ou incidentes (perda de escravizados por morte/fuga, problemas no serviço de extração). Também não devem ser desprezados os impactos na empresa mineradora dos gastos com o tempo de preparação das lavras e sua manutenção, com materiais para consecução dos serviços minerais e com a aquisição de mão de obra escrava (e custeio de sua sobrevivência).

Nesse sentido a formação de parcerias voltadas para a exploração de unidades minerais, somadas ou não a fatores produtivos de ordem agrícola (alguns com potencial

58 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 61, datado de 12 dez. 1743 (escritura de venda).

59 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 22, datado de 9 jun. 1723 (escritura de venda).

comercial como a fabricação da aguardente), se tornava um viés de escolha econômica muito atrativo para aqueles que queriam adquirir fatores produtivos (terras e águas minerais, escravos), mas viam seu alcance restringido por pequeno cabedal ou insuficiência creditícia. A parceria também beneficiava os que queriam aumentar a capacidade produtiva com investimento de sócios, os quais adicionariam força de trabalho escrava ou recursos financeiros para a diversidade de serviços que a atividade mineradora demandava a partir da sua complexificação.

Sociedades mineradoras: organização do trabalho e planejamento administrativo

COMO VIMOS, muitas sociedades foram formadas a partir de uma negociação de compra e venda de um bem no mercado de Mariana. Contudo, também foram firmadas escrituras de sociedade que regulavam de modo mais detalhado o funcionamento e os objetivos ajustados pelos sócios. Por meio delas podemos enxergar um pouco melhor como se dava a organização dos trabalhos encetados pelos mineradores, além de recriar um pouco a racionalidade em torno do investimento em conjunto para exploração “e aumento” de uma empresa mineradora ou agromineradora. De modo geral, esse tipo de registro notarial tratava: do objeto da sociedade em torno do qual associavam-se (como terras e águas minerais); da introdução de recursos e/ou mão de obra por cada sócio; de a quem caberia a administração e caixa da sociedade; do registro em livros das movimentações; de condições relacionadas ao seu encerramento, tais como prazo de duração, regras de saída para os sócios e acertos de contas.

Vamos observar alguns dos elementos que compunham o registro de uma sociedade a partir da que Miguel Domingues Ramos e Domingos de Barros fizeram em setembro 1713. Os dois tinham por objeto da sociedade uma roça, escravos e “dois serviços de lavra de ouro” que haviam comprado juntos em maio do mesmo ano. Estabeleceram que entrariam igualmente cada um com 12 escravizados aos trabalhos, além dos 14 que adquiriram na compra dos bens. Eram igualmente donos cada um da metade da roça e serviços de lavra “a cuja obrigação estavam ambos obrigados, para terem igualmente parte assim dos lucros que Deus for servido dar como nas perdas”.⁶⁰ A obrigação se refere à compra feita em maio que resultou numa dívida de 5.888 oitavas de ouro em pó (8:832\$000) a ser paga parte em setembro (mês da feitura da sociedade) e o restante dali um a ano.⁶¹ A administração e caixa cabia a ambos os sócios, podendo ser encerrada a sociedade a qualquer momento desde que “fazendo conta aos ganhos e perdas igualmente”.⁶² O planejamento da sociedade parece ter se configurado bem-sucedido, tendo em vista que em setembro de 1714 eles

60 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 3, datada de 9 set. 1713 (escritura de sociedade).

61 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 3, datada de 27 maio 1713.

62 Restituindo-se também ao sócio Domingos de Barros 1.460 oitavas valor com que tinha entrado para sociedade. AHCSM, 1º ofício, livro de notas 3, datada de 9 set. 1713 (escritura de sociedade).

receberam o distrato/quitação da dívida que contraíram ao adquirir a roça, escravos e lavras – exatamente um ano depois do início da sociedade e data em que começou a correr o restante da dívida.⁶³

Como dissemos anteriormente, os trabalhos minerais nem sempre cumpriam perfeitamente os desígnios dos mineradores, pois lavras infiltradas por águas, dificuldades de acesso à formação aurífera, além de vicissitudes cotidianas com a mão de obra (como adoecimento, fuga e falecimento) não eram incomuns. A experiência dos sócios André Jorge de Campos e Antônio João Maia é um exemplo disso, pois passaram por alguns infortúnios em seus empreendimentos econômicos. Suas duas roças e várias terras minerais “andavam na praça” pública da urbe devido a várias dívidas de diferentes credores. Na iminência da perda de promissoras terras auríferas, encontraram na disposição do sargento-mor José Cardoso Homem em associar-se a eles o auxílio necessário, pois este remiu as dívidas em nome dos dois e reorganizou o funcionamento da empresa agromineradora. Pelas cláusulas seriam introduzidos 110 escravos, nomeados dois caixas responsáveis pelo registro do ouro produzido e das despesas da sociedade (em livros separados), além das contas mensais. Também foram estipuladas cláusulas condicionadas às necessidades hipotéticas (como a contratação de um feitor) e formas de exploração e uso da mão de obra escrava.⁶⁴

Se um possível endividamento ou incapacidade de fazerem o investimento necessário para extrair o ouro das terras minerais obrigaram André Jorge e Antônio João a inserirem um terceiro sócio na empresa, o planejamento e a organização previstos no contrato da sociedade expõe o comprometimento e o grau de complexidade que por vezes as lavras minerais requeriam dos exploradores. Todo esse processo de reorganização dos trabalhos, da administração dos recursos e dívidas acabou tornando essa uma sociedade em desequilíbrio em favor de um dos sócios. Isso porque o sargento-mor Cardoso trabalharia nas terras minerais “como suas” pelo tempo que durassem e teria o direito de impor aos demais sócios o que “puser e dispuser” para o bem da sociedade.

Os diversos trabalhos necessários para o funcionamento de uma lavra, especialmente os ligados aos serviços de águas minerais, também se tornavam temas que encaminhavam dois ou mais indivíduos a fazerem sociedade. Pelo que foi registrado na sociedade firmada entre Domingos Gonçalves da Cunha e Antônio Ferreira Pacheco, eles vinham tendo problemas com os serviços de água nas terras minerais em que trabalhavam (separadamente, cada qual com seus escravos). Domingos era senhor de duas partes desses serviços e das terras minerais enquanto a Antônio cabia a terça parte, mas através da sociedade eles reorganizavam o espaço trabalhado pelos escravizados e, principalmente, o uso do serviço de água para que ambos passassem a se beneficiar de

63 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 3, datada de 5 set. 1714 (escritura de distrato).

64 Como o assento de uma “roda de minerar no veio de água”, a mineração contínua das terras “enquanto estas durarem assim de veios de água como de tabuleiros e todas as mais que se descobrisse nos ditos dois sítios”. AHCSM, 1º ofício, livro de notas 39, datado de 18 out. 1732 (escritura de sociedade).

modo mais conveniente. As cláusulas previam que os sócios trabalhariam “cada qual com os negros que lhe couberem diretamente e correndo cada qual o risco aos seus”. Um dos objetivos era meter “a água que está fora do serviço no valo consertando este”, além de sempre “consertar o arrombamento dos valos todas as vezes quando for necessário”. A partir dessa sociedade eles não trariam mais divisões no espaço físico da lavra (exceto “a lavra antiga em que minerava ele sócio Antônio” sozinho), de modo que os escravos de ambos poderiam andar por “qualquer parte” buscando o ouro. Ficava claro, contudo, que aquele que topasse com o minério avisaria “logo ao outro sócio para que se ajuntem e façam o serviço mais conveniente para o lavrar das terras minerais o que repartirão conforme o número dos negros que cada qual trouxer”.⁶⁵

Domingos Gonçalves da Cunha e Antônio Ferreira Pacheco tinham o objetivo maior de vencer as dificuldades que a lavra colocava em relação ao serviço de água. Sendo assim, era mais conveniente que juntassem os esforços no conserto (constante) que o mesmo demandava, passando a trabalhar as terras minerais em comum e estabelecendo a divisão do ouro na forma mais simples que era o jornal do trabalho diário do escravizado.

Ajustar uma sociedade para contar com o investimento de um sócio para se fabricar os serviços necessários para colocar as unidades minerais em ponto de produção de ouro era, efetivamente, uma das alternativas para enfrentar os diversos gastos com materiais, serviços e aquisição de mão de obra que a atividade mineradora impunha no termo de Mariana. E essas parcerias prescindiam de um domínio em comum dos bens envolvidos, mesmo sobre as terras e águas minerais, podendo um dos sócios entrar para a sociedade simplesmente com o trabalho dos escravos e/ou ouro para os gastos.

Na sociedade feita entre João Pinto Fernandes e Manoel Teixeira de Carvalho, apenas o primeiro tinha “a posse e domínio” sobre três datas de terras minerais no arrabalde da Vila do Carmo, nas quais “terras queria fazer um serviço de roda no veio de água”. Ao que parece, tal serviço exigiria um grande esforço, tendo em vista que João Pinto entraria para ele com a força de trabalho de 50 escravizados e ainda contaria com mais 30 do sócio Manoel Teixeira. Os acertos dessa sociedade indicam um planejamento mais detalhado e preocupado justamente com a preparação desse serviço para que fosse possível chegar à camada de cascalho aurífero. Assim, prevendo os gastos e a força de trabalho necessários, a parceria feita com Manoel Teixeira era importante para João Pinto na medida em que traria para o serviço mineral a inclusão de escravizados, bem como as moedas da algibeira daquele, pois ele “assistiria com todo o ouro que fosse necessário para roda e ferragem e bicas e tudo o mais for necessário para o dito serviço até se por capaz de tirar ouro”.⁶⁶

É claro que havia previsão de pagamento pelo ouro despendido por Manoel Teixeira no serviço (que se faria “do primeiro ouro” apurado), mas tendo em vista que vimos que o

65 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 8, datado de 23 jul. 1718 (escritura de sociedade).

66 AHCSM, 1º ofício, livro de notas 25, datado de 21 abr. 1725 (escritura de sociedade).

preparo de um serviço de mineração poderia chegar a um ano, dependendo da complicação e da complexidade do serviço, ele amargaria algum tempo antes de sequer começar a ser pago pelos gastos.

A lógica da organização e do funcionamento das sociedades constituídas em Mariana setecentista, com objetivo de exploração aurífera (coadunada ou não com a produção agropastoril), visava o lucro com a divisão de riscos, partilhamento igual ou desigual de investimentos e gastos, acesso à mão de obra sem correr o risco em sua perda (afinal, era o investimento mais alto), tudo isso dentro das técnicas comuns e acessíveis ao minerador do período, coerente com sua própria racionalidade econômica e sempre socialmente condicionada.⁶⁷

Considerações finais

No TERMO DE MARIANA prosperou e predominou a mineração que tomou parte nas jazidas secundárias em que se encontrava o ouro aluvional. Na extensa malha fluvial da região, estabeleceram-se mineradores com seus escravos a trabalhar nos veios dos rios, nas margens e encostas. Concomitante à mineração, a estruturação da produção agrícola acompanhou o passo das lavras de ouro desde os primeiros anos de povoamento, tornando o cenário de Mariana uma paisagem agromineradora, tanto em termos físicos quanto em escolhas econômicas dos senhores de terras rurais e minerais. Nesse espaço rural e minerador se constituíram grandes complexos produtivos empenhados na produção de ouro, de gêneros de primeira necessidade e também de aguardente.

A busca pelo enriquecimento através da exploração do ouro em Minas Gerais, no século XVIII, contava com aspectos práticos e organizacionais muito amplos. O empreendimento extrativo do ouro colocava aos mineradores, com regularidade, a necessidade de dividir terras e águas minerais para que efetivamente fosse possível explorá-las a contento. Mesmo que ao minerador coubesse um rico filão aurífero e larga escravaria para trabalhá-lo, diversos reveses poderiam lhe recair, dificultando ou impedindo que os serviços minerais se tornassem produtivos. Por vezes, o motor

67 Durante todo o século XVIII e mesmo nas práticas mineratórias que adentraram o XIX, o minerador se valia da constante inclusão de mão de obra escrava como fator essencial de desempenho e capacidade produtiva da lavra, o que foi entendido pelo barão Eschwege como irracional. Para ele, um dos motivos do “lastimável estado” da produção aurífera era a persistência que o mineiro tinha em “gastar quatrocentos mil réis com a compra de um escravo, a despender cem com a aquisição de maquinismos que poupariam o serviço de dez escravos”. Mas a racionalidade econômica do mineiro apegado ao trabalho escravo ao invés de maquinário se relaciona intrinsecamente com a própria lógica da estrutura da sociedade em que estava inserido, na qual a posse escrava não era apenas um fator de produção, mas também um elemento essencial na construção da hierarquia e distinção social. Como descrito por João Fragoso, essa era “uma sociedade escravista e católica, onde a promoção social, para seus moradores, independentemente do estrato social, era viver à custa do trabalho alheio [...] a alforria era uma dádiva, e o acesso à vida sustentada pelo trabalho alheio, algo almejado por todos, inclusive pelos escravos”. Vale refletir, ainda, acerca do pensamento de Witold Kula, para quem os atos de escolha econômica nunca são “exclusivamente (determinados) por razões de cálculo econômico”, sendo sempre socialmente condicionados. ESCHWEGE, op. cit., tomo I, 1944, p. 349. FRAGOSO, op. cit., 2015, p. 81. KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal**. Lisboa: Presença, 1979. p. 161.

da ambição e da aventura movia dois ou mais mineradores numa empresa em comum, justamente pelas dificuldades e enfrentamentos que a atividade impunha no cotidiano das minas. O trabalho exigido pelos serviços minerais para colocar os depósitos auríferos em ponto de extração era um fator que requeria investimento em tempo, mão de obra e recursos materiais. Esses elementos podiam onerar o minerador por muito tempo antes dele obter o retorno (lucro) das lavras.

A complexificação da atividade mineradora, a exigência de investimentos de diferentes ordens, a divisão de risco e de endividamento são alguns dos elementos de viés econômico que explicam as sociedades mineradoras. Mas não os únicos, pois elementos diversos das interações sociais a todo tempo estavam presentes nos processos de cunho econômico dessa sociedade do Antigo Regime. De todo modo, as parcerias em torno de descobertas de ouro existiam desde a concepção das Gerais, estando presentes no universo normativo do regimento das minas,⁶⁸ sendo as próprias sociedades nomeadas em 1703 em Carta Régia.⁶⁹ É bom ressaltar que o fenômeno das sociedades mineradoras e agromineradoras não se restringiu ao termo de Mariana,⁷⁰ como também não se limitava aos grandes empreendimentos minerais.⁷¹ E ainda que tenhamos refletido sobre os elementos do trabalho e da organização produtiva, cernes nos empreendimentos conduzidos por sociedades entre mineradores, questões como a importância das sociedades para a construção de patrimônios individuais e familiares demandam mais estudos.

Recebido: 31/08/2023

Aprovado: 25/10/2023

68 Do sexto artigo: “E porque muitas vezes sucede levarem os descobridores em sua companhia pessoas que os ajudam a descobrir os ribeiros [...] ordeno que as pessoas que acompanharem ao dito descobridor entrem na repartição do tal ribeiro com as datas que lhes tocar”. “Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil. Doc. 18”. *In*: FIGUEIREDO; CAMPOS, op. cit., p. 314-315.

69 Em Carta Régia, de maio de 1703, alterando e complementando o regimento das minas: “se dê a cada um dos sócios do descobridor cinco braças de repartição a sua escolha depois da segunda data do descobridor, e entraram depois na repartição que lhes tocar a cada um deles como mineiros”. Carta de Sua Majestade. *Ibidem*, p. 325.

70 Flávia Reis as identifica, por meio de inventários e testamentos, nos termos de Sabará e de Vila Rica. REIS, op. cit., p. 233-245.

71 REZENDE; ANDRADE, op. cit., p. 399-401.